

ANO III - EDIÇÃO Nº 495 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Quinta-Feira, 19 de abril de 2018

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 245/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR WANESSA CABRAL FERREIRA DA SILVA do serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, prestado na 2ª Promotoria de Justiça de Araguaína, retroagindo seus efeitos a 30/09/2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de abril de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 246/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 101/2017, de 16 de novembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor WALKER IURY SOUSA DA SILVA, matrícula nº 96209, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, no período de 17 a 25 de abril de 2018, durante a fruição do recesso natalino da titular do cargo Neila Soares de Carvalho Silva Rocha.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de abril de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 247/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, c/c o Ato nº 101/2017, de 16 de novembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora KÉDIMA PEREIRA LIMA, Auxiliar Ministerial Especializado, matrícula nº 29901, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2018, durante afastamento por compensação de banco de horas da titular do cargo Terezinha das Graças Freitas de Souza.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de abril de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 248/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Complementar nº 51 de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a Promotora de Justiça MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA para atuar na sessão do Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, no dia 19 de abril de 2018.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de abril de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

MARIA COTINHA BEZERRA PEREIRA
Promotora Assessora do PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

OUIDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Ouvidora

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL - CESAF

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Coordenadora

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO Telefone: (63) 3216-7600

PORTARIA Nº 249/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 101/2017, de 16 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora VALDINÁ BORGES CARVALHO MACIEL, matrícula nº 6998968, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, nos dias 17 e 18 de abril de 2018, durante o afastamento por motivo de licença saúde da titular do cargo Alinny Angélica Guimarães Dias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de abril de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

APOSTILA Nº 022/2018

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 02 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º APOSTILAR a Portaria nº 229, de 16 de abril de 2018, que ADMITIU DIANA CARLA CERQUEIRA COSTA como prestadora de serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, na 2ª Promotoria de Justiça da Capital – TO:

ONDE SE LÊ:

“... no período de 13/04/2018 a 04/04/2019.”

LEIA-SE:

“... no período de 13/04/2018 a 04/04/2020.”

ONDE SE LÊ:

“Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 215/2018.”

LEIA-SE:

“Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 215/2018, a partir de 13 de fevereiro de 2018.”

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de abril de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: LUIZ ANTÔNIO FRANCISCO PINTO

DESPACHO Nº 180/2018 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça LUIZ ANTÔNIO FRANCISCO PINTO, para conceder-lhe 06 (seis) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 30 de abril de 2018; 28 a 30 de maio de 2018 e 1º e 04 de junho de 2018 em compensação ao período de 04 a 06 de setembro de 2017; 11 a 15 de setembro de 2017; 30 de setembro de 2017 a 06 de outubro de 2017; os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de abril de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: RODRIGO BARBOSA GARCIA VARGAS

DESPACHO Nº 181/2018 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça RODRIGO BARBOSA GARCIA VARGAS, para conceder-lhe 04 (quatro) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 02, 03, 04 e 07 de maio de 2018; em compensação ao período de 20 e 21/06/2015; 27 e 28/06/2015; 05 a 08/09/2015, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de abril de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Reconhecimento de dívida de exercício anterior - Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: PRISCILLA KARLA STIVAL FERREIRA

DESPACHO Nº 182/2018 – Nos termos do art. 17, inciso XII, alínea “i”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, considerando os dispostos no art. 37 c/c art. 62 e 63, § 1º, I da Lei Federal nº

4.320/64, de 17 março de 1964, e considerando a viagem a serviço efetuada pela Promotora de Justiça PRISCILLA KARLA STIVAL FERREIRA, itinerário Figueirópolis/Araguaçu/Figueirópolis, no dia 17 de novembro de 2017, conforme Memória de Cálculo nº 024/2018, e documentos correlatos anexos, RECONHEÇO a dívida de exercício anterior, ano de 2017, referente ao pedido de reembolso de despesa com combustível em favor da referida Promotora de Justiça, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 118,65 (cento e dezoito reais e sessenta e cinco centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária vigente, consignada no orçamento da Unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, na rubrica correspondente às despesas de exercícios anteriores, motivo que AUTORIZO o pagamento total dos débitos apontados em favor da Promotora de Justiça em referência.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de abril de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 19.30.1531.0000154/2018-47

ASSUNTO: Reconhecimento de dívida de exercício anterior – Férias e 13%.

INTERESSADO: Barbara Lucas da Silva Leal.

DESPACHO Nº 183/2018 – Nos termos do art. 37 c/c art. 62 e 63, § 1º, I da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 março de 1964, em consonância com o Parecer nº 097/2018, de 17 de abril de 2018, fls. 10/13, Mem/DRH Nº 152/2018, de 17 de abril de 2018, fls. 14, e demais documentos carreados nos Autos epigrafados, RECONHEÇO a dívida de exercício anterior, e AUTORIZO o pagamento à servidora BARBARA LUCAS DA SILVA LEAL, no valor de R\$ 297,62 (duzentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos), referente ao pagamento de diferença salarial e gratificação natalina de exercício anterior, ano 2017, correspondente aos cálculos apurados pelo Departamento de Gestão de Pessoas e Folha de Pagamento, fl. 08, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária vigente, consignada no orçamento da Unidade da Procuradoria-Geral de Justiça, na rubrica correspondente às despesas de exercícios anteriores.

Encaminhe-se os presentes autos à Diretoria-Geral para as devidas providências.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de abril de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: LISSANDRO ANIELLO ALVES PEDRO

DESPACHO Nº 186/2018 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça LISSANDRO ANIELLO ALVES PEDRO, para conceder-lhe 03 (três) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 02, 03 e 04 de maio de 2018, em compensação aos dias 27/11 a 01/12/2017; 19/12/2017 e 05 a 09/02/2018, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de abril de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão

INTERESSADO: MARIA CRISTINA DA COSTA VILELA

DESPACHO Nº 187/2018 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea “h”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e Ato nº 072/2016, o pedido formulado pelo Promotor de Justiça MARIA CRISTINA DA COSTA VILELA, para conceder-lhe 02 (dois) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 23 e 24 de abril de 2018, em compensação aos dias 01 e 02/04/2018, os quais permaneceu de plantão.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 18 de abril de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Ressarcimento de despesas

INTERESSADO: RAFAEL PINTO ALAMY

DESPACHO Nº 188/2018 – Nos termos do art. 17, inciso V, alínea “j”, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, ATO nº 064, de 10 de junho de 2014, e considerando a viagem a serviço efetuada pelo Promotor de Justiça MILTON QUINTANA, itinerário Pedro Afonso/Araguaína/Pedro Afonso, no dia 02 de abril de 2018, conforme Memória de Cálculo nº 026/2018, e documentos correlatos anexos, DEFIRO o pedido de reembolso de despesa com combustível em favor do referido Promotor de Justiça, relativo ao abastecimento de veículo, no valor total de R\$ 180,41 (cento e oitenta reais e quarenta e um centavos), correndo a despesa por conta da dotação orçamentária na ação de Defesa do Interesse Público nos processos judiciais (CÓDIGO 2253).

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 19 de abril de 2018.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão da Notícia de Fato E-EXT 2018.0004078 em Inquérito Civil Público E-EXT 2018.0004078, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA E-EXT Nº.: 524/2018/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6º Promotoria de Justiça de Araguaína – TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato E-EXT 2018.0004078.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar supostas irregularidades na contratação de professores pelo Estado do Tocantins, o qual teria realizado o último concurso no ano de 2009 e, desde então, suprido a deficiência de professores mediante a contratação direta onde o critério de seleção seria a indicação política de Deputados, Prefeitos e Vereadores que integram a base aliada do Governo.

INVESTIGADO(S): Governo do Estado do Tocantins.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína - TO, 03 de Abril de 2018.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE COLMÉIA

PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 101/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Boa Esperança, situada no Município de Goianorte-TO

INVESTIGADO: José de Araújo Silva

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 29 de setembro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 102/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda São Raimundo, situada no Município de Goianorte-TO

INVESTIGADO: Adailton Araújo Silva

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 31 de outubro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 103/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: fiscalização realizada pelo NATURATINS.

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Nossa Senhora da Guia, situada no Município de Colmeia-TO

INVESTIGADO: Paulo Roberto Goulart

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 07 de novembro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 104/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: fiscalização realizada pelo NATURATINS.

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Chácara Esperança (PA 700), Lote 47, situada no Município de Couto Magalhães-TO

INVESTIGADO: Luzineth Macedo dos Santos

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 07 de novembro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 105/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: fiscalização realizada pelo NATURATINS.

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Grotão, situada no Município de Couto Magalhães-TO

INVESTIGADO: Robson de Oliveira

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 07 de novembro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 106/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: fiscalização realizada pelo NATURATINS.

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Monte Alegre, situada no Município de Couto Magalhães-TO

INVESTIGADO: Danilo Quoos

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 07 de novembro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 107/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Cocalinho, situada no Município de Itaporã do Tocantins-TO

INVESTIGADO: Marqueis Ferreira de Andrade

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 06 de novembro de 2017.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 108/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Alto da Mangaba, situada no Município de Itaporã do Tocantins-TO

INVESTIGADO: Raimundo Neres Guedes

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 29 de setembro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 109/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda São João, situada no Município de Pequizeiro-TO

INVESTIGADO: Elenir Maria de Oliveira Azevedo

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 19 de outubro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 110/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: fiscalização realizada pelo NATURATINS.

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente verificado às margens da Rodovia TO-164, sentido Colméia/Itaporã do Tocantins-TO, em função de “processo erosivo decorrente da falta de canalização das águas pluviais”

INVESTIGADO: Município de Colméia-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 07 de novembro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 111/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Santa Rosa, situada no Município de Colméia-TO

INVESTIGADO: Florisval Moreira dos Santos

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 31 de outubro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 112/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia-TO

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Chácara Boa Esperança, situada no Município de Colméia-TO

INVESTIGADO(A): Elienir Costa Rego

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 31 de outubro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 113/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia-TO

FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.

ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.

FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Santa Glória, situada no Município de Goianorte-TO

INVESTIGADO(A): Ivo Pereira de Oliveira

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 31 de outubro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 114/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia-TO
FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.
FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Chácara Santo Antônio, situada no Município de Colméia-TO
INVESTIGADO(A): Márcio Vieira Prado
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 31 de outubro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 115/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia-TO
FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.
FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Açaizal, situada no Município de Colméia-TO
INVESTIGADO(A): Deusdedit Oliveira de Souza
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 31 de outubro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 116/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia-TO
FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.
FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Serrinha, situada no Município de Goianorte-TO
INVESTIGADO(A): Matias Ferreira dos Santos
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 07 de novembro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 117/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia-TO
FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.
FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Caicó, situada no Município de Goianorte-TO
INVESTIGADO(A): João Paulo Alves da Silva
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 06 de novembro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 118/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia-TO
FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.
FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Chácara Quixadá, situada no Município de Pequizeiro-TO
INVESTIGADO(A): José Neuton de Oliveira Melo
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 31 de outubro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 119/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia-TO
FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.
FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Novo Horizonte, situada no Município de Goianorte-TO
INVESTIGADO(A): Luciano Pereira de Oliveira
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 06 de novembro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 120/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia-TO
FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.
FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Chácara Recanto Feliz, situada no Município de Goianorte-TO
INVESTIGADO(A): Ednaldo Fernandes de Além
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 29 de setembro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 121/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia-TO
FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.
FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda São José da Ponte Nova, situada no Município de Peçuzeiro-TO
INVESTIGADO(A): Auzelina Sobre da Silva Leonardo
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 06 de novembro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 122/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia-TO
FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.
FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Barro Alto, situada no Município de Goianorte-TO
INVESTIGADO(A): José Gomes de Carvalho
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 07 de novembro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 123/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia-TO
FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.
FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Marajoara, situada no Município de Itaporã do Tocantins-TO
INVESTIGADO(A): Dionny Henrique Coimbra Sousa
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 31 de outubro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 124/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia-TO
FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.
FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Serrinha, situada no Município de Goianorte-TO
INVESTIGADO(A): Jean Carlos Aparecido Santos Pazeti
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 31 de outubro de 2017.

**PROJETO AUXILIAR DA TUTELA COLETIVA
EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO
CIVIL PÚBLICO**

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO ICP Nº 125/2017
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Colméia-TO
FUNDAMENTOS: art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 26, I, da Lei nº 8.625-93; art. ° 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual nº 051/08.
ORIGEM: fiscalização realizada pelo IBAMA.
FATO EM APURAÇÃO: dano ao meio ambiente ocorrido na Fazenda Barro Alto II, situada no Município de Goianorte-TO
INVESTIGADO(A): José Otacílio da Cunha
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Palmas-TO, 31 de outubro de 2017.